

Revista da

FACED

Universidade Federal da Bahia



8

ISSN 1516-2907

Psicanálise e Educação: novas aproximações num tempo de mutações

RESUMO: O texto mostra um caminho de busca, no propósito de estabelecer novas aproximações entre a psicanálise e a educação, tomando por base as formulações apresentadas por Charles Melman, no livro *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço* (2003). Ao acatar a tese desse psicanalista de que estaríamos vivendo um momento de passagem de uma economia fundada pelo recalque por outra que promove a perversão, a autora sugere como a psicanálise pode contribuir para que a educação encontre formas de realização dentro dessa nova ordem.

PALAVRAS-CHAVE: relação sujeito-objeto, economia-psíquica, recalque, perversão, relação psicanálise-educação.

Jacy Soares

Doutora em Educação
Professora Adjunta (aposentada) da
Faculdade de Educação da UFBA
Psicanalista e Psicopedagoga
leilaf@terra.com.br

*“Estamos lidando com uma
mutação que nos faz passar de
uma economia organizada
pelo recalque a uma economia organiza-
da pela exibição do gozo”.*
Charles Melman, 2003

Introdução

Esta afirmação de Charles Melman, tomada como epígrafe neste trabalho¹, encontra-se em seu livro *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*, publicado em 2003. Nele, o psicanalista francês – um dos mais ilustres colaboradores de Lacan, fundador da Associação Freudiana Internacional, hoje, Associação Lacaniana Internacional – traça os contornos da sociedade contemporânea, no centro da qual estaríamos assistindo ao aparecimento de uma nova forma de economia psíquica, em substituição a esta que ainda nos orienta, observada e descrita, inicialmente, por Freud e considerada também por Lacan.

Nosso propósito é fazer uma tentativa de aproximação, dentre muitas outras que vêm sendo feitas entre a psicanálise e a

(1) O texto foi elaborado inicialmente, visando à participação da autora no FÓRUM PSICANÁLISE E SOCIEDADE, promovido pela Associação de Psicanálise da Bahia, e realizado no dia 06 de outubro de 2004, em Salvador. A versão que aqui se apresenta implicou em acréscimos, a fim de atender ao objetivo da publicação.

educação, questionando o lugar desta nesse novo modelo de economia psíquica que se vai estruturando, não só sob o olhar da psicanálise, mas de outras áreas de conhecimento ditas humanas. Para tanto, teceremos, de início, algumas considerações sobre a relação sujeito-objeto, na psicanálise, abordando, em seguida, a forma como a educação aparece nos textos freudianos e de alguns autores contemporâneos, levantando, ao final, questões que nos parecem relevantes à educação, nesse momento aqui caracterizado como de transição de uma economia psíquica organizada pelo recalque para essa outra que nos interroga não só pelo inusitado de sua emergência, como também pelos traços perversos com que nos desafia... uma economia organizada sem recalque.

A relação sujeito-objeto na psicanálise

A relação sujeito-objeto na economia psíquica fundada com recalque²

No tradicional modo de organização psíquica – aquele fundado no recalque – o sujeito tem no sintoma a forma privilegiada de dar conta da sua falta, de confrontar-se com a impossibilidade de (re)encontrar o objeto, um dia, perdido, suposto poder levá-lo, de modo direto e pleno, à satisfação de seu desejo. Orientado em sua busca incessante de satisfação por esse limite imposto pela necessidade de reconhecimento e aceitação da perda inexorável – o que a psicanálise entende, desde Freud, como o fato da castração³ – o sujeito vê-se impelido a procurar formas substitutivas de prazer. E é este movimento que vem configurando a aventura humana, até os dias atuais, marcada por vicissitudes próprias, tendo como alvo a felicidade.

Tomando por base a teoria do sujeito, tal como podemos ler o que está elaborado pela psicanálise, tem-se o que, a seguir, se mostra:

S (sujeito antes da perda
a (objeto perdido para Freud, faltoso para Lacan, resultante da divisão do sujeito no campo do Outro)
\$ (sujeito dividido, cortado por uma barra que representa a falta, na formulação lacaniana)

(2) Recalque ou recalçamento (em alem.: Verdrängung; fr.: refoulement; ing.: repression). Processo de afastamento das pulsões às quais é rejeitado o acesso à consciência (CHEMAMA, Roland-Die, de Psicanálise Larousse/Artes Médicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995).

(3) Para Freud, conjunto das consequências subjetivas, principalmente inconscientes, determinadas pela ameaça de castração, no homem, e pela ausência de pênis, na mulher. Para Lacan, conjunto dessas mesmas consequências, enquanto determinadas pela submissão do sujeito ao significante (CHEMAMA, Roland-Die, de Psicanálise Larousse/Artes Médicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995).

A acreditar no ensinamento de Freud, tendo como referência a experiência edipiana, é preciso perder o objeto – no caso, o objeto essencial, querido, que é a mãe – para ter acesso ao mundo da representação onde se torne possível a relação do sujeito com seu desejo, com sua identidade. A perda possibilita a instalação do limite, a instauração da Lei. O que vem com a entrada do pai, na cena edipiana. É com o pai que a dimensão desiderativa do sujeito poderá realizar-se, na medida em que, no ato de interditar – a satisfação pulsional, portanto, sexual, objetivada na mãe – ele também estará indicando os meios de ultrapassagem do limite. Ele diz: o gozo é possível, desde que você aceite seguir as regras e pagar o preço.

Sobre a função do pai é útil lembrar o que diz Melman:

A função do pai é privar a criança de sua mãe e assim introduzi-la nas leis da troca; em lugar do objeto querido, a criança deverá compor, mais tarde, com um semblante. É essa operação que prepara a criança para a vida social e a troca generalizada que a constitui: trate-se de amor, então, ou de trabalho (2003: 34).

Pagar o preço, portanto, é a condição que, na economia fundada no recalque, o neurótico deve cumprir: quer se queixando, no caso da histérica, quer se colocando sempre em débito, no caso do obsessivo. A histérica vai sempre achar que pagou demais, além do que seria o preço justo; o obsessivo, ao contrário, jamais se sentirá pagando o preço justo, restando sempre, para ele, uma dívida que não foi totalmente quitada.

Assim, pode-se entender, desde Freud, que o objeto será para sempre parcial, pois não poderá, jamais, haver outro que restitua ao sujeito a condição perdida de plenitude de que ele, um dia, gozou. Entretanto, ele poderá sustentar o desejo de a essa condição de gozo retornar, elaborando fantasias, através das quais um véu desdobrado sobre o real – que é custoso encarar – poderá apresentar-lhe uma realidade mais leve, mais bela, mais romântica. Nesse entendimento, é possível dizer que de fantasias é constituído o núcleo de todos os sonhos que nos sustentaram, a cada um de nós, em nossas existências, até então; de todos os projetos e utopias de que a humanidade se valeu para construir os caminhos das civilizações, em diferentes momentos históricos.

Essa noção de fantasia, tem, na psicanálise, um tratamento especial, aparecendo no alemão como *“phantasie”*, no francês

como “*fantasme*” e no inglês como “*fantasy*” ou “*phantasy*”. No Vocabulário da Psicanálise: (1967), aparece o verbete *fantasia* ou *fantasma*, assim definido por G. Laplanche e G.B. Pontalis:

Encenação imaginária em que o indivíduo está presente e que figura, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo e, em última análise, de um desejo inconsciente (1986: 228).

(4) Lacan dedicou-lhe um Seminário, o de nº 14, realizado em 1966-67, sob o título “A lógica do Fantasma”.

É com Lacan que a palavra *fantasma*⁴ se firma, através do matema

\$ a

o qual escreve a estrutura básica do mesmo. Aí se destaca a natureza essencialmente linguageira do fantasma, pois ele indica a relação particular de um sujeito do inconsciente — que se sabe barrado e irredutivelmente dividido, em virtude de sua entrada no universo simbólico — com aquilo que constitui a causa inconsciente de seu desejo, isto é, o objeto **a**. Esse lugar, ocupado, no fantasma, pelo **a**, é o lugar vazio que o sujeito tentará, em vão, preencher, durante toda a sua vida, com a infinidade de objetos imaginários disponíveis, de cada vez elegendo um, suposto poder dar conta de sua falta, numa operação lógica, metonímica, suporte de seu desejo.

A relação sujeito-objeto numa economia psíquica fundada sem recalque

Salta aos olhos de estudiosos, visível, porém, até mesmo para o leigo um pouco mais atento, que a nova ordem psíquica orienta-se na direção da busca do objeto que se acredita, agora, apreensível e disponível. Para o sujeito, torna-se, então, legítimo buscar os meios — e todos são inquestionavelmente válidos — de a ele ter acesso, obtendo, assim, a satisfação do seu desejo.

Nessa economia fundada sem recalque, a estrutura psíquica que vai prevalecendo é a perversão e esta não é uma constatação apenas encontrada nos textos mais recentes de Melman, pois já aparece em vários autores que voltam, hoje, seu interesse de estudo para o sintoma social, aquilo que, para Freud, constituía o “mal-estar da civilização”. Para citar dois autores, particularmente, interessados no tema, temos Joel Birman⁵ e Contardo

⁵BIRMAN, Joel. *Mal-estar na*
↳

Calligaris⁶, além de outros, como Roland Chemama, Alfredo Jerusalinsky, Octavio Souza, Jurandir Freire Costa, com trabalhos expressivos sobre a clínica do social.

Em 1988, Contardo Calligaris realiza uma palestra no Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, atendendo a um convite do movimento Paz Agora, na qual ele trata de perversão “como sendo essencialmente uma patologia social e não sexual”. O texto, que leva o título de *A sedução totalitária*, é publicado no livro *A clínica do social* (1991) e nele pode-se ler:

Talvez já estejamos numa transformação do sintoma social dominante – que para Freud é um sintoma social neurótico – num sintoma social perverso (1991: 117).

Convém recorrer também a Joel Birman cuja obra, *O mal-estar na atualidade* (2000), oferece elementos altamente relevantes para que possamos compreender o que, para ele, seria “uma nova cartografia do social”, a qual se viria constituindo, no Ocidente, nas últimas décadas. Nessa nova cartografia, segundo defende, “a fragmentação da subjetividade ocupa posição fundamental”. Ele explica: “Esta fragmentação não é apenas uma forma nova de subjetivação, mas a matéria-prima por meio da qual outras modalidades de subjetivação são forçadas. Em todas essas novas maneiras de construção da subjetividade, o eu se encontra situado em posição privilegiada” (2000: 23).

Para Birman, é necessário investigar as formas que esse autocentramento do sujeito no *eu* vem assumindo, já visível em seus novos contornos, e que ele não tem dúvida em já caracterizar como sendo marcadamente narcisista. Todo o desenvolvimento de seu pensamento, na obra citada, é um renovado encontro com um sujeito cada vez mais tendente a ver o outro como simples objeto a ser manipulado para que o gozo lhe seja possível, não importando, em todas as situações, os meios a serem utilizados.

A esses sujeitos tendendo, assim, à perversão, constituídos à margem da Lei instaurada pelo Pai, parece ocorrer um fenômeno que poderia equivaler a uma certa utopia, pois é como se lhes faltasse um lugar definido, a sua casa, onde lhes fosse possível sustentar-se – “estranhos locatários, segundo, ainda, Melman, capazes de habitar posições *a priori* perfeitamente contraditórias e heterogêneas entre si” (Ibid.: 39).

atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

(6) CALLIGARIS, Contardo. *A sedução totalitária*. In: *Clínica do social: ensaios* (Luiz Tarlei de Aragão e outros). São Paulo: Escuta, 1991.

Trata-se, portanto, no caso dessa nova estruturação psíquica fundada sem recalque, de uma nova economia pulsional, mas também de uma nova ética, de uma nova política, de uma nova forma de pensar a relação do sujeito com o mundo, e com o outro. De pensar-se a si mesmo, enfim. E isso tem reflexos incriveis em todas as dimensões da práxis humana, sendo uma delas a educação.

Psicanálise e educação: novas aproximações

Sabe-se que Freud só se preocupa com a educação enquanto práxis, cuja crítica ele só vem a formular no bojo da crítica mais ampla que endereça à cultura de sua época, principalmente no que concerne à moral sexual vigente. No seu entender, se os princípios orientadores da prática educacional fossem modificados, isso se refletiria nos rumos da civilização, o que configura uma posição, sem dúvida, reformista. Qual é o pressuposto de Freud, nessa época? As pessoas adoecem, isto é, tornam-se neuróticas, porque a sociedade lhes impõe princípios e normas calcadas no autoritarismo, na repressão sexual, na proibição do que pode conduzir ao prazer, princípios e normas veiculados por meio da educação. Ora, se esta passasse por uma reforma, nos seus princípios e métodos, seria possível a instauração de medidas profiláticas na sociedade, evitando-se, assim, o risco das neuroses. É este o seu programa, o que não está fora da sua profunda crença no poder da ciência e na primazia desta, num futuro próximo, sobre todas as outras formas de a humanidade confrontar-se com a realidade e dela poder dar conta.

Todavia, pouco a pouco, o próprio Freud foi sendo obrigado a rever suas idéias, diante dos resultados negativos alcançados pelas inúmeras reformas educacionais realizadas. Por outro lado, o próprio desenvolvimento da teoria psicanalítica também desestimulava a crença no valor profilático da educação em relação à neurose, pois se o complexo de Édipo, fundado sobre a interdição do incesto, mostrava que o alcance da satisfação pulsional é impossível, é que o objeto da satisfação está para sempre perdido (v. *Mais além do princípio do prazer*, 1920).

Desse modo, é preciso entender que, na economia psíquica fundada no recalque dos desejos, a educação não pode ser conduzida fora dos limites que essa condição impõe, sendo espe-

rado que ela possa assegurar ao educando um processo de desenvolvimento e maturação, capaz de permitir-lhe o acesso às conquistas culturais, em perfeita harmonia com outro, conformado pelo seu desejo, visando ao alcance da felicidade.

Na conclusão de seu livro *Freud Antipedagogo*, Catherine Millot explicita, assim, o seu ponto de vista sobre uma possível aproximação entre a psicanálise e a educação:

A psicanálise não pode interessar à educação salvo no próprio campo da psicanálise, isto é, pela psicanálise do educador e da criança. Na criança, para suspender os recalques; no educador, a fim de que saiba não abusar de seu papel e desprender-se do narcisismo, para que evite o empecilho que consistiria em situar a criança como seu Eu-Ideal (1987: 157).

Maria Cristina Kupfer, em *Educação para o futuro: psicanálise e educação* (2001), registra o seu ponto de vista em acordo com Millot, quanto à “impossibilidade de integração entre pedagogia e psicanálise”, assim como quanto à crença de poder “integrar uma educação de cunho humanista – e essa era a que Freud conheceu – com a psicanálise” (2001: 30). Mas ela discorda de Millot a qual defende a tese de que não pode haver “uma educação psicanaliticamente orientada” (Ibid.: 30), trazendo a seu favor a experiência de psicanalistas que, desde Maud Marroni⁷, já buscavam formas de possibilitar, na prática, uma intervenção na escola tendo por orientação alguns princípios da psicanálise, o que ela ilustra, inclusive, com o trabalho realizado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, mediante convênio com a Escola Brasileira de Psicanálise (1995).

Muitos estudos têm sido elaborados sobre o tema e muitas ações ainda estão por realizar-se. Cabe registrar que, em 1994, a Universidade Federal da Bahia, através da Faculdade de Educação, firma um Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Freudiana da Bahia, atualmente, Associação de Psicanálise da Bahia, quando era Reitor daquela instituição de ensino superior, o Professor Luiz Felipe Perret Serpa, grande estimulador de experiências inovadoras e pioneiro no desenvolvimento de práticas de transformação⁸. É importante registrar também que o Curso de Especialização em Psicopedagogia, de orientação psicanalítica, que vem sendo oferecido pela Faculdade de Educação da UFBA, desde 1993, aparece no bojo da discussão possibilitada pelo

(7) V. também, a esse respeito, o livro de Annie Cordié – *Os atrasados não existem* (1993).

(8) No meu Doutorado, pude beneficiar-me da existência desse Convênio, o que está relatado no livro publicado em 1999, a partir da tese defendida em 1995. *O avesso da pedagogia: retomando o discurso da subjetividade pela via da psicanálise*. Salvador-BA: EDUFBA, 1999.

referido Acordo de Cooperação Técnica, mantendo-se, até o momento em vigor, já tendo colocado, no mercado, cinco turmas de profissionais habilitados para o exercício psicopedagógico na escola e na clínica.

Voltando à questão da articulação psicanálise-educação, interrompida para permitir essa digressão que se fazia necessária, vejamos o que diz, ainda, Maria Cristina Kupfer:

A articulação da psicanálise com o discurso social, e por esse viés com a educação entendida também como discurso social, amplia sobremaneira tanto o trabalho do psicanalista como o do educador e desconsiderá-la, por outro lado, pode induzir ao erro (Ibid.: 33).

A autora defende a necessidade de “incluir a escuta do discurso social na consideração de qualquer ação que vise ao sujeito” (Ibid.: 33). E isso terá reflexos positivos, não só na prática dos educadores e, por conseqüência, na aprendizagem dos alunos, mas a própria psicanálise poderá beneficiar-se dessa proximidade, pelo fato de o psicanalista passar a considerar a escola como um lugar privilegiado de escuta.

Em livro já citado, a autora deste texto defende que o lugar formal de escuta na escola, visando à adoção de medidas de intervenção, deverá ser ocupado pelo psicopedagogo, profissional especializado para fazer, no âmbito educacional, a escuta específica que o sintoma do sujeito, em situação de aprendizagem, requer. Entretanto, também adverte:

... o limite da intervenção, na escuta pedagógica, se dá no domínio estrito da pedagogia, cabendo o encaminhamento terapêutico, de caráter clínico, fora da escola, quando as medidas pedagógicas se mostrarem insuficientes para determinar mudanças, e para que outros sintomas agregados à resposta sintomática de fracasso possam ser tratadas (1999: 152);

Termina, assim, a instigante leitura do livro de Melman, *O homem sem gravidade*:

Nossa alegre perversidade polimorfa pode durar? Ou pode-se pensar que, advertidos, poderíamos evitar o retorno à neurose freudiana de papai quanto à fuga para a frente na perversão generalizada? Veremos... (Ibid.: 182).

Desse lugar de inflexão onde a psicanálise toca a educação, e vice-versa, cabe interrogar: Pode a educação sobreviver como práxis, da qual se espera que possa harmonizar os destinos do desejo com os ideais coletivos, numa sociedade que se inclina para a perversão? Qual a função do educador, esvaziado do conhecimento que o sustentava num lugar de autoridade, do qual se vê, hoje, destituído? Quando a perversão vai se tornando norma social e ao sujeito passa a interessar apenas a captura total do objeto para dele descartar-se logo que, nessa dialética narcísica, já não houver possibilidade de ganho, como fica a relação do sujeito cognoscente com os objetos de conhecimento?

No âmbito acadêmico, como em outros espaços de reflexão, inclusive naqueles abertos pela clínica do social, emerge uma infinidade de respostas-aproximações... Elas não estão prontas, porém, sendo sensato acompanhar a direção tomada pelas mutações culturais em curso e o modo como vêm sendo afetadas as subjetividades por tais mutações, a fim de ir identificando os caminhos por onde se deve caminhar.

De qualquer forma, porém, é possível avançar um pouco, propondo algumas idéias, no propósito de ir ampliando o arco de reflexões em torno do problema. É o que faremos, a seguir, articulando alguns pontos que se tornaram visíveis em nossa prática reflexiva.

O primeiro ponto a considerar diz respeito a uma provável crença no poder preventivo da educação, no que concerne aos efeitos da perversão na sociedade, a qual deverá, de pronto, ser afastada. Se Freud, nos primórdios da modernidade, pôde pensar — e mesmo sonhar — que a educação poderia livrar a humanidade do mal-estar que acometia a sociedade, naquela época, atribuindo-lhe o poder de evitar a Neurose, não é o que podemos esperar, hoje, considerando o próprio legado freudiano e a evolução da teoria psicanalítica.

Por outro lado, a própria ciência, em sua formulação pós-moderna — e, particularmente, a própria ciência da educação — já não estimula acreditar que as reformas educacionais possam influir, de modo determinante, na constituição das subjetividades, a ponto de virem a promover alterações nos rumos da sociedade. E se, até com certa freqüência, algumas bandeiras reformistas ganham força no ideário educacional, não é difícil identificar a motivação político-ideológica que as anima, ficando evi-

dente a fragilidade do arcabouço teórico construído em sua defesa, incapaz de sustentar-se diante das conquistas acumuladas no campo das ciências do homem.

Um outro ponto merece também destaque nessa reflexão: a história vem mostrando que, na modernidade, o ideal educacional é sempre um projeto a atingir, não se fazendo sem conflito as tentativas para conciliar os interesses coletivos com os individuais, aqueles que correspondem ao que há de mais íntimo de cada sujeito. Como se sabe, o desafio tem sido, justamente, o de encontrar o ponto de equilíbrio entre essas duas ordens, sendo possível acompanhar o provimento através do qual diferentes correntes de pensamento pedagógicas-tributárias de teorias filosóficas de dominância no momento — vêm direcionando os rumos da educação. Assim, se os pressupostos teóricos, afinados com os interesses políticos dominantes, fazem bascular a condução da práxis educacional ora para um pólo dito mais autoritário, ora para outro dito mais democrático, o que fica sempre evidente é que, nessa ordem fundada no recalque, a Lei é a referência inquestionável. O que varia é o modo de exercê-la.

Ora, o que nos cabe constatar, porém, no limiar civilizatório que vivemos — testemunha de uma nova ordem pulsional — é que a Lei não parece mais ser essa referência inquestionável. Se, sob o primado da Lei instaurada pelo Pai, o princípio do prazer devia conformar-se à medida do princípio da realidade, essa já é, hoje, uma certeza abalada, na análise de alguns críticos da modernidade, como Zigmunt Bauman:

Nossa hora, contudo, é a da desregulamentação. O princípio de realidade, hoje, tem de se defender no tribunal de justiça onde o princípio de prazer é o juiz que a está presidindo (1998: 8).

Posta dessa forma, já não se poderia vislumbrar uma saída para a questão que nos aflige? Ou seja, se há um tribunal de justiça onde o princípio da realidade possa vir a defender-se, é que, talvez, um apelo à Lei encontre forma de enunciar-se. Pelo que nos ensina a psicanálise, na perversão, não há forclusão do Nome-do-Pai, o que seria próprio da psicose, mas a recusa do sujeito a reconhecer a Lei do pai como mediadora do desejo. Desse modo, confrontada com a castração, a criança se recusa a renunciar ao objeto primordial de seu desejo, preferindo renunciar, assim, ao

próprio desejo como tal, pois desejar supõe, antes de tudo, estar em falta. É este o modo de funcionamento psíquico exigido pela castração.

Sobre essa economia psíquica, particular do perverso, esclarece Joël Dor:

Tudo se passa, então, como se a angústia de castração, que estimula a criança a não renunciar ao objeto de seu desejo, a imobilizasse aqui, num processo de defesa que a torna precocemente refratária ao trabalho psíquico que ela deve produzir para compreender que é, precisamente, a renúncia ao objeto primordial do desejo que salvaguarda a possibilidade do desejo, dando-lhe um novo estatuto (1991: 42).

Trata-se, portanto, na perversão, de uma perda do “direito de desejar”, diante do que o sujeito, numa relação particular com o objeto, vê-se obrigado a instituir sua própria lei, aquela capaz de garantir-lhe o gozo a qualquer preço. No âmbito da educação, os reflexos dessa nova ordem parecem visíveis na falência das propostas pedagógicas, cada vez mais orientadas para o resgate das funções precípua da escola — ler, escrever, contar, formar o cidadão produtivo e responsável socialmente; no fracasso da figura do professor, destituído da autoridade que lhe conferia o domínio de um conhecimento específico que vai lhe escapando, por lhe faltarem os meios para acompanhar os avanços da ciência e da tecnologia, obrigado, muitas vezes, a usar os perigosos mecanismos da sedução para ter o respeito e o reconhecimento dos alunos; na “falta de limites” dos alunos, expressão de seu desamparo, de sua desorientação, de seu apelo por referências, diante das pressões insuportáveis que sobre eles se abatem, sob a forma de demandas oriundas de um Outro, cada vez mais difuso e, por isso, mais assustador.

Se a radiografia assusta, afastando quaisquer possibilidades de soluções românticas, de harmonização ou de caráter paliativo, os próprios ecos da “crise” parecem apontar na direção de saídas, pois talvez o que a nova ordem esteja a denunciar é que a Lei — ela existe, mas está fora de lugar, deslocada pelo autocentramento do sujeito no eu. Há que acreditar-se, porém, no que, para além do eu, resiste como reserva de subjetividade, podendo advir pelo direito de desejar.

Assim, se a educação é uma forma de discurso social e através dele podemos escutar como o sujeito contemporâneo vai ori-

entando seu desejo, é pela escuta dos sujeitos implicados nessa práxis que a psicanálise poderá oferecer alguma contribuição aos problemas com que se defronta a educação, hoje.

Enfim, abrir canais de circulação entre os diversos discursos que sustentam a prática linguageira de nossa sociedade, em acelerado processo de mutação, percorrendo os difíceis caminhos da inter e da transdisciplinaridade, talvez seja o único caminho de nos confrontarmos com esse real que nos escapa, produzindo, no ponto-limite de nossa perplexidade, saídas possíveis.

Se Melman nos coloca nesse limiar em que já não cabe escolher o que, aos nossos olhos se descortina, é com nossas mais puras reservas neuróticas que aí nos posicionamos. Vale a pena pagar pra ver...

ABSTRACT: The text reveals a way of search, on the purpose of stablishing new approaches between psychoanalysis and education, from the starting point of Charles Melman 's ideas in his book *Man without gravity: to get pleasure at any cost* (2003). Accepting the psychoanalyst thesis that we are living a transition moment from an economy founded by repression to another that promotes perversion, the author suggests how psychoanalysis may contribute to find ways of fullfilment into this new order.

KEY WORDS: subject-object relation; perversion; repression; psychoanalysis-education relation.

Referências

BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALLIGARIS, Contardo. *A sedução totalitária*. In: *Clínica do social: ensaios* / Luís Tarlei de Aragão e outros. Rio de Janeiro: Escuta, 1991.

CHEMAMA, Roland. *Um sujeito para o objeto*. In: *Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise* / Ricardo Goldenberg (org.). Salvador-BA, Ágalma, 1997.

DOR, Joël. *Estruturas e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Livrarias Taurus-Timbre Editores, 1991.

KUPFER, Maria Cristina. *Educação para o futuro: psicanálise e educação*. São Paulo: Escuta, 2001.

LAPLANCHE, G.; PONTALIS, G-B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1986.

MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

MILLOT, Catherine. *Freud Antipedagogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

SOARES, Jacy Célia da Franca. *O avesso da pedagogia: retomando o discurso da subjetividade pela via da psicanálise*. Salvador-Bahia: EDUFBA, 1999.